



COMPANHIA DAS DOCAS DO ESTADO DA BAHIA
PRESIDÊNCIA
DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E GESTÃO PORTUÁRIA
GERÊNCIA DO PORTO DE SALVADOR
SEGURANÇA PORTUÁRIA DE SALVADOR

TERMO DE REFERÊNCIA / PROJETO BÁSICO

PROCESSO Nº 50903.000510/2026-29

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. Contratação de empresa especializada para o fornecimento de uniformes, equipamentos de proteção individual (EPIs), vestuário e acessórios táticos, destinados a integrantes da Guarda Portuária dos Portos Organizados de Salvador, Aratu, Ilhéus e Itajaí, administrados pela Companhia das Docas do Estado da Bahia – CODEBA, com fornecimento por lotes, conforme especificações técnicas, quantitativos, padrões de qualidade e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência e em seus anexos.
- 1.2. Os materiais a serem fornecidos deverão atender integralmente aos padrões institucionais da CODEBA, às normas técnicas aplicáveis e às exigências operacionais da Guarda Portuária, assegurando padronização, segurança, funcionalidade, durabilidade e identidade visual, em observância aos princípios da economicidade, eficiência, isonomia e competitividade, previstos na Lei nº 13.303/2016, no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CODEBA e na legislação correlata.
- 1.3. **A presente contratação caracteriza-se como fornecimento de natureza continuada, uma vez que os bens objeto deste Termo de Referência são essenciais à manutenção permanente das atividades de Segurança Pública Portuária, não se exaurindo em uma única entrega, considerando a necessidade de reposição periódica decorrente do uso contínuo e do desgaste natural dos materiais empregados nas operações sob responsabilidade da CODEBA.**

2. MODALIDADE DE LICITAÇÃO

- 2.1. Trata-se de licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO, com regime de execução por PREÇO GLOBAL, nos termos da Lei 13.303/2016 e do Regulamento de Licitações e Contratos desta Companhia. Além disso, deve-se atender os requisitos de sustentabilidade ambiental, previsto no artigo 4º da Lei nº 12.462/2011 e o artigo 5º do Decreto 7.581/2011.
- 2.2. A Pessoa Jurídica a ser contratada deverá fornecer todos os materiais, equipamentos e mão-de-obra necessários à execução dos serviços, em conformidade com as especificações técnicas e condições constantes no presente Termo de Referência.
- 2.3. Os itens do objeto dessa licitação serão adquiridos por ATA de Registro de Preço sob demanda.
- 2.4. **O fornecimento inicial do contrato será realizado com quantidades de itens descritos no Anexo A.**
- 2.5. Um novo fornecimento poderá ser realizado posteriormente em razão de nova solicitação, conforme as necessidades internas da companhia.

3. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

3.1. O valor global estimado da aquisição possui caráter sigiloso, conforme lei 13.303/2016.

3.2. Valor proposto pelo licitante deve ser suficiente para custear todas as despesas decorrentes da contratação do objeto, inclusive despesas com frete de transporte, eventuais licenças, seguro de transporte, impostos, encargos sociais e quaisquer incidências tributárias, bem como, os resultantes de leis trabalhistas, previdenciárias e securitárias, que se apliquem direta ou indiretamente no objeto da contratação.

4. JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO

4.1. Considera-se a **Norma T.01.12 - Equipamento de Proteção Individual da CODEBA**, especificamente ao item "4.3" e seus subitens "4.3.1", "4.3.2", "4.3.3" que tratam da responsabilidade do Setor de Segurança do Trabalho (GMAST) na aquisição de Equipamento de Proteção Individual, fornecendo especificações, aprovação do EPI conforme risco da atividade e da área.

4.2. Considera-se **Equipamento de Proteção Individual - EPI**, todo dispositivo ou produto de uso individual utilizado pelo trabalhador, concebido e fabricado para oferecer proteção contra os riscos ocupacionais existentes no ambiente de trabalho, conforme previsto no Anexo I da Norma Regulamentadora nº 6 que trata de Equipamento de Proteção Individual, com Certificado de Aprovação - C.A válido expedido pelo MTE.

4.3. Considera-se que a Segurança Pública Portuária consiste no conjunto integrado de ações preventivas, ostensivas e de inteligência destinadas à preservação da ordem pública, à proteção da integridade física das pessoas, à salvaguarda do patrimônio público e privado e à garantia da continuidade, regularidade e normalidade das operações nos Portos Organizados. E que suas atividades consistem no controle de acesso, fiscalização, vigilância permanente, pronta resposta a incidentes e o apoio às forças integrantes do Sistema de Segurança Pública, com o objetivo de prevenir, dissuadir e mitigar a ocorrência de ilícitos penais e administrativos, bem como de neutralizar ameaças que possam comprometer a segurança das instalações portuárias, das cargas, das embarcações e dos usuários dos portos.

4.4. Considera-se para o adequado desempenho dessas atribuições, que os integrantes da Guarda Portuária disponham de uniformes padronizados, equipamentos de proteção individual e acessórios táticos compatíveis com as exigências operacionais, legais e protocolares da função. A ausência, insuficiência ou desgaste desses materiais compromete não apenas a segurança dos agentes, mas também a identidade institucional, a padronização visual e a eficiência da atuação estatal no ambiente portuário.

4.5. Considera-se a aquisição de uniformes e equipamentos uma medida indispensável para o fortalecimento da Segurança Pública Portuária, assegurando melhores condições de trabalho, maior capacidade de resposta operacional e a continuidade dos serviços de segurança prestados nos Portos Organizados sob administração da CODEBA.

4.6. As aquisições de materiais enquadram-se na categoria de bens e serviços, de que trata o artigo 28 da Lei nº 13.303/2016 e o Artigo 37 do Regulamento de Licitações e Contratos da CODEBA.

4.7. O agrupamento dos itens em lote único justifica-se pela necessidade técnica de padronização da identidade visual e operacional da Guarda Portuária nos portos de Salvador, Aratu, Ilhéus e Itajaí, administrados pela CODEBA.

4.8. Conforme os Anexos A e C do Termo de Referência, todos os itens (camisas, gandas, jaquetas, bonés e chapéus) devem seguir o mesmo padrão de cores (cáqui, preta e azul), tecidos e aplicações em DTF/bordado (brasão da Guarda Portuária, texto "GUARDA PORTUÁRIA", bandeira do Brasil e logomarca da CODEBA). A contratação de fornecedores distintos para itens diferentes não garante uniformidade de tonalidade e acabamento entre fabricantes, comprometendo a identidade visual da corporação.

4.9. Nos termos da Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais) e do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CODEBA, observados os princípios da competitividade e da economicidade, admite-se o agrupamento de itens em lote único quando tecnicamente necessário e desde que não haja prejuízo à competitividade, conforme orientação da Súmula nº 247 do TCU.

4.10. Não há restrição à concorrência, pois é admitida a participação de empresas em consórcio e a subcontratação, e o lote único ainda reduz custos de gestão contratual (fiscalização, recebimento e controle de padrão).

4.11. Diante do exposto, justifica-se o agrupamento dos itens em lote único.

5. DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO, QUANTITATIVOS E VALOR

5.1. Os itens fornecidos deverão respeitar a legislação e normas técnicas vigentes no país e quando aplicáveis seguidos de sua certificação.

- 5.2. A empresa fornecedora deverá realizar testes e corrigir defeitos nos materiais/equipamentos, inclusive com a sua substituição quando necessário, sem ônus para a CODEBA, durante o período da garantia.
- 5.3. A garantia dos materiais/equipamentos ofertados não poderá ser inferior à garantia ofertada pelo fabricante dos mesmos.
- 5.4. A data de fabricação/lote dos materiais e equipamentos devem ser inferiores a 365 dias, contados da entrega definitiva dos equipamentos.
- 5.5. Deverão constar nas embalagens de todos os materiais/ equipamentos entregues as seguintes informações:
- a) rótulo em português;
 - b) nome do produto;
 - c) fabricante;
 - d) composição do produto;
 - e) quantidade;
 - f) lote e data de fabricação;
 - g) data de validade;
 - h) Certificação de Aprovação (CA) - MTE, INMETRO.
- 5.6. Os materiais/equipamentos entregues deverão estar acondicionados de forma compatível com sua conservação, em embalagens lacradas pelo fabricante.
- 5.7. **A Contratada deve executar o fornecimento de todos os itens de acordo com o descritivo apresentado nas tabelas constantes do Anexo A - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS , que atendam as características especificadas neste Termo de Referência.**
- 5.8. Os equipamentos e materiais a serem fornecidos, suas características e dimensões foram definidas de forma a atender às legislações vigentes, em especial as do Ministério do Trabalho e Emprego.

6. REQUISITOS DA PROPOSTA E DO FORNECIMENTO

- 6.1. A proposta, que compreende a descrição do material ofertado pelo licitante, preço unitário e preço total, deverá ser apresentada nos moldes da Tabela 1 (*C.A quando aplicável*) e de forma compatível com as especificações constantes do Termo de Referência e seus anexos, **contendo Razão Social, CNPJ** – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, Inscrição Estadual, endereço completo, número de telefone e endereço eletrônico, bem como atender as seguintes exigências:
- a) Descrição do material observadas as mesmas especificações constantes do Termo de Referência, de forma clara e específica, descrevendo detalhadamente as características do material ou serviço ofertado, bem como preços unitários e total detalhados em planilha, incluindo especificação de marca, procedência e outros elementos que de forma inequívoca identifiquem e constatem as características do material;
 - b) **Prazo de validade da proposta de 60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua assinatura e o prazo de garantia.
- 6.2. A licitante deverá apresentar a Proposta de Preços detalhada por produto, em 01 (uma) via, rubricada em todas as folhas e a última assinada pelo Representante Legal da empresa ou com assinatura digital. Deverá utilizar linguagem concisa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, contendo Razão Social, CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, Inscrição Estadual, endereço completo, número de telefone e endereço eletrônico, número de agência e conta bancária.
- 6.3. Os produtos constantes na Proposta apresentada devem ter preço unitário por item e o preço total, em moeda nacional, devendo estar inclusas todas as despesas, tais como: transporte, impostos, taxas, fretes e outros encargos que incidam ou venham a incidir sobre o preço proposto.
- 6.4. A proposta deverá trazer a especificação clara, completa e minuciosa do material oferecido em conformidade com este Termo de Referência, indicando, dentre outros, a marca do produto cotado.

Tabela 1: Modelo apresentação da proposta

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MODELO/MARCA	C.A	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
7. DO PAGAMENTO							
7.1.	O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da apresentação da Nota Fiscal/Fatura contendo o detalhamento do material fornecido, devidamente atestado pela Gerência de Meio Ambiente e de Segurança do Trabalho , através de ordem bancária, para crédito em banco e conta corrente indicados pelo contratado.						
7.2.	A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento provisório e definitivo do material, conforme o caso, e observará o quanto estabelecido no termo de referência quanto aos prazos de entrega e pagamento.						
7.3.	No prazo de até 5 (cinco) dias úteis do adimplemento da parcela ou de todo o objeto, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual ao fiscal do contrato.						
7.4.	A Nota Fiscal/Fatura apenas poderá ser emitida entre os dias 1º a 10º do mês, salvo expressa autorização da Diretoria.						
7.5.	Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.						
7.6.	A CONTRATADA deverá apresentar com a nota fiscal a seguinte documentação: <ul style="list-style-type: none"> a) regularidade fiscal, perante a Fazenda Federal, Estadual e Municipal; b) prova de regularidade com o INSS, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União; c) regularidade com o FGTS; e d) certidão negativa de débitos trabalhistas. 						
7.7.	Antes de cada pagamento à CONTRATADA, será realizada pela área financeira da CODEBA consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital e se constar a situação de irregularidade da CONTRATADA, essa será advertida por escrito pela fiscalização para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa, podendo esse prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CODEBA.						
7.8.	Fica autorizada a retenção ou glosa no pagamento, sem prejuízo das sanções cabíveis, quando o contratado deixar de manter as condições de habilitação apresentadas na licitação.						
7.9.	Havendo controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, à qualidade e à quantidade, o montante correspondente à parcela incontroversa deverá ser pago no prazo previsto o incontroverso, ficando glosado o valor correspondente à parcela controvertida.						
7.10.	Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.						
7.11.	Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável. <ul style="list-style-type: none"> a) A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar. 						
7.12.	Os pagamentos devidos à CONTRATADA serão atualizados monetariamente entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento pelo índice IPCA do IBGE e na hipótese de sua extinção por outro que o substitua.						

7.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = $I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual
= 6%

8. CRITÉRIOS PARA REAJUSTE OU ATUALIZAÇÃO FINANCEIRA

8.1. Os preços serão fixos e irrealizáveis pelo período de 12 (doze) meses.

8.2. Após 12 (doze) meses contados a partir da assinatura do contrato, a CONTRATADA poderá solicitar à CONTRATANTE o reajuste dos preços, referente a serviços a serem executados após o referido período, que deverá ser calculada pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPC-A), tendo como referência o mês de assinatura do contrato, sendo calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$IR[\%] = (I_x - I_0) / I_0,$$

Sendo:

- I_x = é o índice correspondente ao aniversário da proposta;
- I_0 = é o índice correspondente ao mês e ano da proposta da Contratada.

8.3. O reajustamento incidirá sobre o saldo do contrato, respeitando o período de 12 meses da data do contrato ou do último reajuste;

8.4. Não admitir-se-á reajuste de serviços já executados;

8.5. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;

8.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor;

8.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo;

8.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. PRAZOS

9.1. Na execução do serviço a que se refere este Termo de Referência deverão ser observados, pelas partes, os seguintes prazos:

9.2. **De execução do Contrato:** máximo 12 (doze) meses corridos, contados a partir da data da assinatura do Contrato;

9.3. **De vigência do Contrato:** 13 (doze) meses, contados na publicação, em extrato, no DOU;

9.4. Contrato passível de renovação por igual período.**10. LOCAL E PRAZO DE ENTREGA DOS MATERIAIS**

10.1. O prazo de entrega para os materiais deverão ser entregues em até **30 (trinta)** dias corridos após o recebimento da autorização de fornecimento pela CONTRATADA, nos Almoxarifados dos Portos da CODEBA/BA, no horário de 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 16:00 h, e no seguintes endereço:

Tabela 2: Local para entrega

UNIDADE	ENDEREÇO
Sede e Porto de Salvador	Av. da França, 1551 - Comércio - 40.010-000 Salvador - BA

10.2. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de **05 (cinco) dias**, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

10.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **20 (vinte) dias**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

10.4. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de até **9 (nove) dias**, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

10.5. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

10.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

10.7. Caso sejam identificados defeitos e/ou discrepâncias em relação às especificações exigidas, a CONTRATADA deverá promover a substituição dos mesmos em até 5 (cinco) dias úteis, contados da comunicação realizada pela CONTRATANTE.

10.8. A CONTRATADA deverá comunicar à CONTRATANTE, via e-mail, com 72 horas úteis de antecedência, a data e o horário previsto para a entrega dos itens.

11. AMOSTRAGEM DO MATERIAL

11.1. Cabe a CONTRATADA apresentar **amostra física ou catálogo com os itens constantes no termo de referência** para fim de aprovação ou reprovação, sem custo ao CONTRATANTE.

11.1.1. A análise da amostra será realizada por um profissional da Gerência de Meio Ambiente e Segurança Trabalho, da CODEBA.

11.1.2. Deverá ser agendado pela CONTRATADA junto a CONTRATANTE, data e horário a ser entregue as amostras por meio do e-mail: anderson.palmeira@codeba.gov.br e pelos telefones: [+55 \(71\) 3320-1310](tel:+557133201310), [+55 \(71\) 3320-1364](tel:+557133201364)

11.1.3. **Caso sejam identificados incompatibilidade, defeitos e/ou discrepância em relação as especificações exigidas, a CONTRATADA deverá promover às adequações necessárias e/ou substituição por outro item que melhor atenda a necessidade da Companhia, sem ônus.**

11.2. **A apresentação da amostra física** se dará com o atendimento dos seguintes requisitos:

a) Atender as especificações solicitadas nos anexos deste TR, tais como: composição do material, tamanho do produto, nº de referência, modelo entre outras informações correlatas;

b) Os materiais apresentados como amostras poderão ser abertos, utilizados e submetidos aos testes necessários, podendo ser devolvidos à licitante no estado em que se encontrarem ao final da avaliação. Caso as amostras atendam a análise realizada, poderão ficar retidas na companhia e serem contabilizadas do número total a ser entregue;

c) As amostras deverão ser entregues no prédio Sede da CODEBA, no endereço: Av. da França, nº 1551, Comércio, Salvador Bahia, a fiscalização do contrato no horário de 08:00 h às 12:00 h e das 13:00 às 16:00h;

11.3. **A apresentação por catálogo** se dará com o atendimento dos seguintes requisitos:

a) O catálogo deverá ser entregue COLORIDO, com imagens reais do produto, detalhando as especificações, composição, tamanho, numeração, nº do CA, modelo e outras informações correlatas.

b) O catálogo poderá ser enviado físico (para o endereço da Sede, informado na tabela 2 do item 7.1) ou digital (para os e-mails segtrab@codeba.gov.br) para fiscalização.

c) Caso o catálogo não atenda aos critérios definidos, a empresa contratada deverá substituir por outro que atenda no prazo de até 5 (cinco) dias úteis.

11.4. Serão solicitadas amostras dos seguintes itens, nos tamanhos abaixo especificados:

	ITEM	MODELO	COR	TAMANHO
1	CALÇA TÁTICA	MASCULINO	CÁQUI	38 a 54
2	GANDOLA	MASCULINO	PRETA	P a XG
3	COMBAT SHIRT – MANGA LONGA	MASCULINO	PRETA	P a XG
4	COMBAT SHIRT – MANGA CURTA	MASCULINO	PRETA	P a XG
5	CAMISETA DE ALGODÃO	MASCULINO	PRETA	P a XG
6	BOTA TÁTICA	MASCULINO	PRETA	38 a 44
7	MEIA TÁTICA	ÚNICO	PRETA	ÚNICO (39 a 43)
8	CHAPÉU OPERACIONAL	ÚNICO	PRETA	58 a 64
9	BONÉ OPERACIONAL	ÚNICO	CÁQUI	58 a 64
10	BERMUDA COMBAT	MASCULINO	CÁQUI	P a XG
11	JAQUETA TÁTICA IMPERMEÁVEL	MASCULINO	PRETA	P a XG
12	CALÇA JEANS	MASCULINO	AZUL	38 a 54
13	CINTO TÁTICO	MASCULINO	PRETO	38 a 54
14	TRAJE COMPLETO (U.O.P. III)	MASCULINO	-	P a XG
15	TRAJE COMPLETO (U.E. II)	MASCULINO	-	P a XG

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1. São obrigações da CODEBA:

a) receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

- b) verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- c) comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- d) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- e) efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.

12.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- a) Fornecer equipamento de proteção individual - EPI com certificado de aprovação - CA válido, expedido pelo órgão de âmbito nacional competente em matéria de segurança e saúde no trabalho
- b) efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;
- c) o objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- d) responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- e) substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- f) comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- g) manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- h) indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

14. DA SUBCONTRATAÇÃO

14.1. Será permitida a subcontratação parcial do objeto licitatório.

14.2. Será permitida, ainda, a participação de empresas em consórcio neste processo licitatório, nos termos do art. 48 do Regulamento de Licitações e Contratos da CODEBA.

15. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

15.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

16. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 16.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II da Lei nº 14.133, de 2021, que culminará com a seleção da proposta de **MENOR PREÇO GLOBAL**.
- 16.2. O fornecedor que apresentar a melhor proposta deverá apresentar os seguintes documentos para comprovar sua Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista:
- a) Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
 - b) Certidão Negativa da Fazenda Federal e do INSS (unificadas);
 - c) Certidão Negativa do FGTS; e
 - d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.
- 16.3. Para fins de Qualificação Econômico-Financeira, deverá ser apresentada Certidão Negativa de Falência ou Concordata, expedida pelo cartório distribuidor do município ou região da sede da empresa.

17. CRITÉRIOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 17.1. Apresentação de Declaração(ões) ou Atestado(s) de capacidade técnica, genericamente compatível(eis) ao(s) item(ns) de seu interesse dos objetos deste Pregão, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove aptidão para o fornecimento.
- 17.2. No julgamento da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

18. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

- 18.1. Nos termos do art. 208 do Regulamento de Licitações e Contratos da CODEBA, será designado um servidor da **Gerência de Meio Ambiente e Segurança do Trabalho (GMAST)** para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
- 18.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 76 da Lei nº 13303, de 2016.
- 18.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

19. DA GARANTIA CONTRATUAL DE BENS

- 19.1. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.
- 19.2. A garantia do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.
- 19.3. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade da **CONTRATADA**.
- 19.4. Uma vez notificada, a Contratada realizará a substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pela Contratada ou pela assistência técnica autorizada.
- 19.5. Os equipamentos que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídos por outros novos, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

- 19.6. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças ou equipamentos, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.
- 19.7. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pela própria Contratada, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.
- 19.8. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. A inexecução parcial ou total do objeto contratado e a prática de qualquer dos atos indicados na Tabela 4 abaixo, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão da licitante ou contratado, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna possível, observando-se o contraditório e a ampla defesa, a aplicação das sanções previstas na legislação vigente e no neste instrumento de licitação, conforme listado a seguir:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública enquanto perdurar a punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurar a punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

20.2. Procedimentos para aplicação de penalidades:

20.2.1. Será aplicada a sanção de advertência nas hipóteses de descumprimento de quaisquer obrigações previstas no edital, seus anexos e no contrato, que não configurem hipóteses de aplicação de sanções mais graves, desde que fiquem caracterizadas a insignificância dos efeitos do descumprimento e a boa-fé, e, ainda, nas seguintes situações:

- a) Atraso superior a 10 (dez) dias na execução do objeto, tendo como base a comprovação de formalização da demanda à CONTRATADA;
- b) Concomitantemente com as outras penalidades previstas no presente instrumento.

20.2.2. Será aplicada multa nas seguintes situações:

20.2.2.1. De caráter compensatório, quando será aplicado os seguintes percentuais:

- a) De até 10% (dez por cento) sobre o saldo do serviço demandado, caso haja a inexecução parcial do objeto
- b) De até 10% (dez por cento) do saldo contratual, por descumprimento das obrigações e responsabilidades contratuais;
- c) De até 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, nos casos de inexecução total do objeto;
- d) De 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato por quaisquer outras infrações cometidas pela empresa

20.2.2.2. De caráter moratório, na hipótese de atraso injustificado na entrega ou execução do objeto do contrato, quando será aplicado os seguintes percentuais:

- a) 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso na execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, quando o atraso do curso for superior a 10 (dez) dias corridos contados a partir da formalização da demanda;
- b) 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso que exceder a alínea anterior, na execução de serviços, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional e a critério do órgão contratante.

20.2.3. Será configurada a inexecução parcial do objeto, quando:

a) A Contratada não executar as quantidades dos serviços e especificações estabelecidas no Termo de Referência e determinadas pela CODEBA, bem definidas na planilha de quantidades/preços contratuais.

20.3. Será configurada a inexecução total do objeto quando houver atraso injustificado para execução dos serviços por mais de 10 (dez) dias corridos após a formalização da demanda pela contratante.

20.4. Além das multas previstas no item 16.2.2, poderão ser aplicadas multas, conforme graus e eventos descritos nas tabelas 3 e 4 abaixo;

20.5. Na primeira ocorrência de quaisquer dos itens relacionados na tabela 4, a contratante poderá aplicar apenas a sanção de advertência.

Tabela 3. Relação entre grau de penalidade e valor correspondente da multa

Grau	Correspondência
1	R\$ 400,00
2	R\$ 600,00
3	R\$ 800,00
4	R\$ 1.000,00
5	R\$ 5.000,00
6	R\$ 10.000,00

Tabela 4. Relação de Infrações

1	Fornecer informação pérfida de serviço; por ocorrência.	02
2	Executar serviço incompleto, paliativo substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar; por ocorrência.	03
3	Usar/divulgar informações da CODEBA, para fins diversos do objeto contratual, sem anuência da CONTRATANTE	04
4	Deixar de manter a documentação de habilitação atualizada	04
5	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais	06
6	Apresentar documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados nas licitações, objetivando obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação;	05
7	Dar causa a atraso para emissão da ordem de serviço	05
8	Fornecer materiais danificados ou diferente do especificado neste Termo de Referência	06
9	Inexecução total das obrigações contratuais	06
10	Usar indevidamente patentes registradas; por ocorrência	06

11	Atraso para conclusão dos serviços e/ou entrega dos equipamentos apresentados neste Termo de Referência	06
12	Atrasar, sem justificativa pertinente ao certame, qualquer fase da licitação, será válida quando a empresa for reincidente, já havendo ocorrência anterior da mesma natureza registrada em sistema ou documento oficial;	06

Para itens a seguir, **DEIXAR DE** :

13	Substituir equipamentos danificados ou incompatível com suas atribuições; por equipamento e por dia.	06
14	Manter a documentação de habilitação atualizada; por item e por ocorrência.	01
15	Cumprir prazo estabelecido pelo contrato ou determinado pela FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	02
16	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO; por ocorrência	06
17	Iniciar execução de serviço nos prazos estabelecidos pela FISCALIZAÇÃO, observados os limites mínimos estabelecidos por este contrato; por serviço e por dia	06
18	Refazer serviço não aceito pela FISCALIZAÇÃO, nos prazos estabelecidos no contrato ou determinados pela FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	03
19	Deixar de entregar, no prazo estabelecido no edital, os documentos e anexos exigidos, por meio eletrônico, de forma provisória, ou, em original ou cópia autenticada, de forma definitiva, ou ainda, atrasar, sem justificativa pertinente ao certame, qualquer fase da licitação	04
20	Cumprir as obrigações legais da Contratada determinada neste termo, por cláusula	06
21	Celebrar o contrato, não mantiver a proposta, ensejar o retardamento na execução do seu objeto, falhar ou fraudar na execução do contrato	06

20.6. Quanto à gravidade, o atraso será classificado como:

- a) brando: quando acarretar um atraso de 5% (cinco por cento) até 15% (quinze por cento) na execução do serviço do mês;
- b) mediano: quando acarretar um atraso de 15% (quinze por cento) a 25% (vinte e cinco por cento) na execução do serviço do mês;
- c) grave: quando acarretar um atraso de mais de 25% (vinte e cinco por cento) na execução dos serviços do mês.

20.7. Quanto à frequência, o atraso será classificado como:

- a) Eventual: quando ocorrer apenas uma vez;

b) Intermitente: quando ocorrer mais de uma vez;

c) Constante: quando ocorrer mais de uma vez, subsequentes.

20.8. A gravidade do atraso será aferida de maneira cumulativa, procedendo-se à comparação entre o valor acumulado previsto pela Contratada;

20.9. A multa poderá ser aplicada no decorrer dos serviços ao da constatação do atraso;

20.10. Na primeira vez em que ocorrer o atraso, poderá ser aplicada, a critério da Fiscalização, a sanção de advertência. A qualquer tempo, a Fiscalização poderá aplicar a sanção de advertência se constatado atraso dos serviços de 5% (cinco por cento) do valor que deveria ter sido executado;

20.11. Se a Contratada apresentar recuperação satisfatória ao cumprimento dos prazos acordados, a Fiscalização poderá, a seu exclusivo critério, optar pela não aplicação da multa;

20.12. A recuperação supracitada não impede a aplicação de outras multas em caso de incidência de novos atrasos;

20.13. A sanção de suspensão do direito de licitar e de contratar com a CODEBA, de que trata a Seção III, artigos 82 a 84 da Lei Nº 13.303/2016, poderá ser aplicada à Contratada, por culpa ou dolo, por até 02 (dois) anos, entre outros casos, no caso de inexecução parcial do objeto, conforme previsto.

I - Será aplicada a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, prevista na Seção III, artigos 82 a 84 da Lei Nº 13.303/2016, entre outros casos, quando a Contratada:

a) Tiver sofrido condenação definitiva por ter praticado, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

b) Praticar atos ilícitos, visando frustrar os objetivos deste Contrato;

c) Demonstrar, a qualquer tempo, não possuir idoneidade para licitar ou contratar com a CODEBA, em virtude de atos ilícitos praticados;

d) Cometer ato capitulado como crime pela Lei nº 13.303/2016, praticado durante o procedimento licitatório, que venha ao conhecimento da CODEBA após a assinatura do Contrato;

e) Apresentar à CODEBA qualquer documento falso ou falsificado, no todo ou em parte, com o objetivo de participar da licitação ou para comprovar, durante a execução do contrato, a manutenção das condições apresentadas na habilitação;

f) Incorrer em inexecução total do objeto

20.14. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de contratar com a CODEBA e o de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à Contratada juntamente com de multa;

20.15. Fica a CODEBA autorizada a descontar o valor da multa de qualquer pagamento a ser efetuado à Contratada;

20.16. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela Contratada à CODEBA, este será encaminhado para cobrança judicial, arcando a Contratada com as custas processuais e honorários advocatícios de 20% sobre o valor cobrado atualizado;

21. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

21.1. Para o presente fornecimento deverão ser observados os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental pela Contratada:

a) Contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o art. 225 da Constituição Federal/88, e em conformidade com art. 31 da Lei nº 13.303/2016 e com o art.6º da Instrução Normativa/SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010;

b) Respeitar e aplicar as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT NBR-15448-01 e 15448-2, referente ao uso de materiais atóxicos, biodegradáveis e recicláveis; e

c) Atender, no que couber, o critério de sustentabilidade ambiental previstos na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19/01/2010;

d) Apresentar licenciamento ambiental, e se houver, certificações no âmbito ambiental (ISO 14.001, Origem Sustentável, Selo Verde e similares).

22. FISCALIZAÇÃO

22.1. A fiscalização da execução do objeto deste Termo de Referência será exercida diretamente pela CODEBA (Gerência de Meio Ambiente e Segurança do Trabalho – GMAST), à qual, a CONTRATADA proporcionará, a qualquer tempo, livre acesso a fontes de informações e documentos relacionados com o objeto ora contratado.

22.2. A fiscalização exercida pela CODEBA em nada diminui a responsabilidade da CONTRATADA, que permanece irrestrita em toda a sua extensão legal e contratual.

22.3. No exercício do poder de fiscalização, a CODEBA poderá fazer as observações e baixar as determinações que entender convenientes à boa execução do objeto Contratado.

22.4. A falta ou omissão por parte da fiscalização da CODEBA não desobriga a CONTRATADA dos compromissos assumidos, que deverão ser integralmente cumpridos

23. MATRIZ DE RISCO CONTRATUAL

23.1. Sendo cláusula contratual definidora de riscos e responsabilidades entre as partes e caracterizadora do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, segue abaixo a matriz de riscos:

Tabela 5. Matriz de Risco

Item	Evento de Risco (Descrever o risco detalhadamente)	CONSEQUÊNCIA							Grau de Avaliação de Risco			Plano de Mitigação da CODEBA (Controles)	Responsável pelo Risco	
		Serviço				Companhia			Impacto	Probabilidade	Exposição Final ao Risco		Contratante	Contratada
		Custo	Prazo	Escopo	Qualidade	Reputação/ Imagem	Perda de Rentabilidade	Descontinuidade da Operação						
1	Atraso na entrega dos materiais do objeto deste termo e amostras/ catálogo.		X						ALTO	MÉDIO	MÉDIO	A contratada se responsabilizará pela entrega, inclusive das amostras, em conformidade com o prazo e condições estabelecidos no TR, para efeito de posterior verificação da fiscalização quanto a conformidade com as especificações. Remuneração do risco assumido		X

											pela contratada. A contratada se responsabilizará pela entrega, inclusive das amostras, oferecendo o devido reparo ou reajuste dos problemas apontados pela fiscalização, em conformidade com o TR.	
2	Entrega de materiais fora das especificações definidas no Termo de Referência.	X	X	X	X			ALTO	MÉDIO	MÉDIO	Definição de prazo de troca/substituição, de acordo com o TR. Aplicação de penalidades contratuais. Remuneração do risco assumido pela contratada.	X
3	Disponibilidade e envio de quantidade de material inferior a solicitada.	X	X	X		X		MÉDIO	BAIXO	BAIXO	Definição da quantidades dos materiais no termo de referência e seus anexos. Remuneração do risco assumido pela contratada.	X
4	Serviço entregue com falta da qualidade exigida pela contratante.	X			X		X	ALTO	MÉDIO	MÉDIO	Especificações estabelecidas no termo de referência. A contratada se responsabilizará pelo devido reparo ou reajuste dos problemas	X

apontados pela
fiscalização que
não foram
seguidos no
momento da
execução.
Definição de
cronograma de
troca/substituição.
Aplicação de
penalidades
contratuais.
Remuneração do
risco assumido
pela contratada.
A contratada se
responsabilizará
pelo devido
reparo ou reajuste
dos problemas
apontados pela
fiscalização que
não foram
seguidos no
momento da
execução.
Remuneração do
risco assumido
pela contratada.
A contratada se
responsabilizará
pelo devido
reparo ou reajuste
dos problemas
apontados pela
fiscalização que
não foram
seguidos no
momento da
execução.
Remuneração do
risco assumido

7	Atualização e reajuste de preço	x				BAIXO	MÉDIO	BAIXO	pela contratada. A contratada custeará as despesas proveniente da atualização e reajuste de preços	X
8	Eventos não seguráveis caracterizados como força maior ou caso fortuito Ocorrência de outros eventos que causem o atraso na conclusão do serviço ou o aumento do seu custo por culpa do contratado.	X	X		X	BAIXO	MEDIO	BAIXO	Recomposição do Equilíbrio Econômico-Financeiro	X
9		X	X			MÉDIO	BAIXO	MÉDIO	Cláusula contratual prevendo a aplicação de penalidades e de rescisão unilateral do contrato.	X
10	Alteração da legislação, regulamentos e normas que causem novos encargos ou obrigações ao contratado.	X				BAIXO	MÉDIO	BAIXO	Recomposição do Equilíbrio Econômico-Financeiro. Contratante, que poderá aditar o contrato, recompondo o seu equilíbrio econômico-financeiro, se restar caracterizado que se trata de fato de príncipe.	X
11	Mudanças tributárias alterando os custos do serviço, exceto	X				MÉDIO	BAIXO	BAIXO	Recomposição do Equilíbrio Econômico-Financeiro	X

- 24.**PROPOSTA ECONÔMICA**
- 24.1. Para fins de dimensionamento da proposta, a empresa deve considerar a Proposta Econômica com base no item 5 deste edital.
- 24.2. Considerando as estimativas dos serviços especificados no item 4.1 deste Termo de Referência, solicitamos que as empresas proponentes apresentem proposta econômica conforme as Tabelas apresentadas a seguir:

Tabela 6: Modelo apresentação da proposta

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	C.A	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Nº do item ou código do fornecedor do item	Descrição Completa do Item	Nº do Certificado de Autorização do MTE	Medida utilizada	Quantitativo	Valor em R\$ por 1 Unidade	Valor em R\$ do quantitativo total com base no preço unitário em R\$
[...]	[...]	[...]	[...]	[...]	R\$ [...]	R\$ [...]

- 25.**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**
- 25.1. A CONTRATADA deverá providenciar a guia de trânsito para o transporte do armamento até a Autoridade Portuária da Bahia - CODEBA, Porto de Salvador.
- 26.**ANEXOS**
- 26.1. Anexo A - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS (SEI Nº 10803702)
- 26.2. Anexo B - QUANTITATIVO POR ITEM (SEI Nº 10842870)
- 26.3. Anexo C - PADRONIZAÇÃO DO BRASÃO (SEI Nº 10803747)

DE ACORDO

ANDERSON DA SILVA PALMEIRA
GERENTE INTERINO
GERÊNCIA DE MEIO AMBIENTE E SEGURANÇA DO TRABALHO



Documento assinado eletronicamente por **Anderson da Silva Palmeira, Chefe de Área**, em 15/06/2026, às 22:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.transportes.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&lang=pt_BR&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **11399884** e o código CRC **A593178C**.



Referência: Processo nº 50903.000510/2026-29



SEI nº 11399884

Av. França, Nº 1551 - Bairro Comércio
Salvador/BA, CEP 40.010-000
Telefone: (71) 3320-1310 - www.codeba.com.br